



# Mantiqueira Alimentos S.A.

CNPJ nº 04.747.794/0001-02

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, apresentamos o Relatório da Administração da Mantiqueira Alimentos S.A., relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Desempenho do Exercício:** No exercício de 2025, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 2,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 154 milhões. A margem EBITDA atingiu 28,6%, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio (ROE) foi de 26,9%. A alavancagem encerrou o exercício em 0,36x dívida líquida/EBITDA, refletindo estrutura de capital conservadora e adequada à geração operacional de caixa. **Desempenho Operacional:** O desempenho do exercício foi impactado pelo cenário internacional marcado por surtos de gripe aviária e consequente escassez de ovos em diversos mercados. Esse contexto favoreceu o aumento das exportações, tanto em volume quanto em preço, superando o orçamento originalmente previsto. No mercado interno, o ambiente externo contribuiu para a elevação dos preços praticados, sobretudo no primeiro semestre. A Companhia manteve disciplina comercial e operacional, priorizando mercados com melhor relação risco-retorno e preservando margens. **Destques Estratégicos:** Em 2025, houve a entrada da JBS no quadro societário da

Companhia, substituindo a antiga sócia, família Cunha. A nova sócia realizou aporte de capital, contribuindo para a redução da dívida líquida e para o fortalecimento de nossa posição financeira. A Companhia obteve sua primeira classificação de rating corporativo: a agência Fitch Ratings atribuiu rating AA+, refletindo a solidez financeira e operacional da Companhia. Adicionalmente, foi concluída a emissão do maior Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da história da Companhia (R\$ 500 milhões), estruturado em três séries, ampliando o prazo médio da dívida e diversificando as fontes de financiamento. Estamos focando investimentos em tecnologia de gestão e em automação operacional para elevar a produtividade, reduzir custos e despesas fixas, melhorando as condições para aumento do EBITDA. Iniciamos um ciclo de crescimento pela ampliação de operações já existentes em MG, SP e PR e outro ciclo de *greenfield* também em MG. Em linha com a diretriz de desenvolvimento de pessoas, condição chave para o crescimento da empresa, realizamos nosso terceiro ciclo anual de fortalecimento da cultura e de gestão. Implantamos novas rotinas de avaliação e acompanhamento do desempenho. **Fluxo de Caixa e Estrutura de Capital:** A geração operacional de caixa acompanhou

o crescimento das receitas e a expansão das exportações ao longo do exercício. O capital de giro apresentou aumento em função do maior volume operacional e do incremento nas vendas ao exterior, exigindo maior necessidade de financiamento de estoques e contas a receber. A capitalização ocorrida no período contribuiu para a redução da dívida líquida e para o fortalecimento dos indicadores financeiros. A alavancagem de 0,36x ao final do exercício evidencia posição financeira sólida, com adequada capacidade de absorção de volatilidades setoriais. **Considerações Finais:** O exercício de 2025 representou o melhor desempenho histórico da Companhia em termos de receita e resultado, sustentado por cenário externo favorável, execução operacional consistente e fortalecimento da estrutura de capital. A Administração permanece comprometida com disciplina financeira, alocação criteriosa de recursos e manutenção de níveis prudentes de endividamento, assegurando condições adequadas para a continuidade do crescimento sustentável e para a geração de valor no longo prazo. São Paulo, 25 de março de 2026.

Diretoria.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24								
<b>Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa	5	717.224	88.856	720.255	90.163								
Contas a receber de clientes	6	230.571	236.683	246.922	250.039								
Estoques	7	187.951	142.368	204.148	166.575								
Ativos biológicos	8	40.229	32.566	49.565	44.848			(31.285)					(31.285)
Adiantamentos a fornecedores	14	10.090	18.210	16.487	24.723							(17.959)	(17.959)
Tributos a recuperar	9	38.876	44.085	50.610	53.709			57.338				(57.338)	
Despesas antecipadas		2.605	4.265	2.617	4.270								
Transações com partes relacionadas	10	-	15.154	-	6.303						(2.596)		(2.596)
Outros créditos		3.380	3.978	4.597	4.748								
		<b>1.234.926</b>	<b>586.165</b>	<b>1.295.201</b>	<b>645.378</b>								
<b>Não circulante</b>													
Ativos biológicos	8	152.037	136.449	158.216	141.267								
Transações com partes relacionadas	10	35.737	146.938	6.509	64.313		560.928					154.454	560.928
Tributos a recuperar	9	17.894	10.093	17.901	10.118				1.390				
Outros créditos	18.d	14.953	-	14.953	-								(203.106)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	360							(26.481)	(26.481)
IRPJ e CSLL diferidos	24.b	-	-	11.479	7.500							(10.200)	(10.200)
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais		824	727	871	727			(51.020)				(51.020)	(51.020)
Investimentos	11.b	102.090	77.343	8.832	-			110.050				(110.050)	-
Imobilizado	12	732.578	647.665	776.243	715.182				7.723			(7.723)	-
Intangíveis		1.298	1.961	32.421	33.193								
		<b>1.057.411</b>	<b>1.021.176</b>	<b>1.027.425</b>	<b>972.780</b>						6.466		6.466
		<b>2.292.337</b>	<b>1.607.341</b>	<b>2.322.626</b>	<b>1.618.158</b>						(4.169)		852.714
<b>Total do ativo</b>													
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>													
<b>Circulante</b>													
Empréstimos e financiamentos	13	210.156	305.878	222.259	322.390								
Créditos por financiamentos	13	18.265	23.575	18.265	23.575								
Fornecedores	14	116.410	118.646	118.543	127.434								
Passivo de arrendamento	15	5.247	5.275	7.143	7.234								
Impostos e contribuições a recolher	16	10.499	3.075	12.790	3.184								
Obrigações trabalhistas e sociais	17	32.759	30.446	35.052	32.998								
Adiantamentos recebidos de clientes		1.692	3.984	1.980	4.819								
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.d	34.541	19.174	34.541	19.174								
Dividendos a pagar	19	27.441	-	27.441	-								
Outros passivos		18.464	16.099	20.155	17.271								
		<b>475.474</b>	<b>526.152</b>	<b>498.169</b>	<b>558.079</b>								
<b>Não circulante</b>													
Provisão para perdas com investimentos	11.b	24.350	70.476	-	-								
Empréstimos e financiamentos	13	621.731	390.883	647.156	425.966								
Créditos por Financiamentos	13	26.163	43.680	26.163	43.680								
Instrumentos financeiros derivativos	13.d	773	22.322	773	22.322								
Passivo de arrendamento	15	4.733	7.478	12.350	15.554								
Transações com partes relacionadas	10	8.389	28.980	513	35.065								
Impostos e contribuições a recolher	16	6.530	9.590	13.062	9.590								
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	18	13.853	3.404	14.098	3.527								
IRPJ e CSLL diferidos	24.b	242.893	206.000	242.893	205.999								
Outros passivos		14.734	15.711	14.735	15.711								
		<b>964.149</b>	<b>798.524</b>	<b>971.743</b>	<b>777.414</b>								
<b>Patrimônio líquido</b>													
Capital social	19	207.632	70.014	207.632	70.014								
Reserva de Capital		509.908	-	509.908	-								
Reserva Legal		7.723	-	7.723	-								
Reserva de Lucros		121.034	212.700	121.034	212.700								
Reserva para incentivos fiscais		10.586	10.586	10.586	10.586								
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.169)	(10.635)	(4.169)	(10.635)								
		<b>852.714</b>	<b>282.665</b>	<b>852.714</b>	<b>282.665</b>								
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.292.337</b>	<b>1.607.341</b>	<b>2.322.626</b>	<b>1.618.158</b>								

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**1. Contexto operacional:** A Mantiqueira Alimentos S.A. ("Companhia" ou "Mantiqueira") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede no município de Itanhandu, Minas Gerais. Tem como objeto social a produção e comercialização de ovos de galinha e de codorna, a armazenagem e comercialização de grãos, além da produção e comercialização de fertilizantes orgânicos. A Companhia emprega aproximadamente 3.225 colaboradores, totalizando 3.402 na visão consolidada. A operação consolidada da Mantiqueira possui capacidade estática de 17,9 milhões de galinhas (entre postura e recria), 183 mil toneladas de armazenagem de grãos e 121,7 mil toneladas/ano de produção de composto orgânico. No mercado de ovos, a Companhia comercializa um amplo portfólio de ovos de mesa e ovos líquidos, atingindo, na visão consolidada, vendas anuais de 10,9 milhões de caixas de 360 ovos. A sede social localiza-se em Itanhandu (MG), e a Companhia mantém 29 filiais distribuídas nos municípios de Açu Boa (MT); Bastos (SP); Cabrália Paulista (SP); Campanha (MG); Brasília (DF); Céu Azul (PR); Contagem (MG); Descalvado (SP); Formosa (GO); Francisco Beltrão (PR); Guarulhos (SP); Iaras (SP); Itamonte (MG); Joinville (SC); Lorena (SP); Parapuã (SP); Passa Quatro (MG); Pouso Alto (MG); Primavera do Leste (MT); Rio de Janeiro (RJ); São Carlos (SP); São João do Itaperiú (SC); São José dos Campos (SP); São Sebastião do Rio Verde (MG); e Uberlândia (MG), além de unidades adicionais de distribuição (CDs). No mercado internacional, a Companhia atua na exportação de ovos in natura para países do Oriente Médio e para o Chile. **2. Principais eventos referentes ao exercício de 2025:** **2.1. Aquisição de participação acionária pela JBS Holding Brasil S.A. ("JBS"):** Em 27/01/2025, os acionistas da empresa firmaram um acordo de investimento com a JBS Holding Brasil S.A., que adquiriu 48,5% do capital social total e 50% das ações com direito a voto da Companhia. Em 01/04/2025, a transação foi concluída, avaliando 100% da empresa em uma *Enterprise Value* de R\$ 1,9 bilhão. A operação representou a entrada da JBS no segmento de ovos e resultou no compartilhamento do controle da Companhia com as holdings que representam a família do fundador (Leandro Pinto), preservando a continuidade operacional e estratégica da Mantiqueira Alimentos, conforme alinhado entre as partes. A transação traz oportunidades estratégicas significativas para a Companhia, fortalecendo sua posição como maior produtora de ovos da América do Sul e décima maior do mundo. Os principais objetivos e benefícios esperados incluem: **Ampliação da presença internacional,** aproveitando a forte atuação global da JBS, especialmente em mercados como América do Sul, Ásia, África e Oriente Médio, regiões para as quais a Companhia já exporta. **Expansão da capacidade competitiva,** apoiada pela infraestrutura, escala e experiência logística da JBS. **Fortalecimento do portfólio de marcas,** como Happy Eggs (galinhas livres) e Fazenda da Toca (ovos orgânicos), ambas líderes nos seus segmentos. **Acesso a sinergias operacionais** relevantes em originação, logística, suprimentos e canais de distribuição globais. **2.2. Captação de recursos financeiros:** Em setembro de 2025 a Companhia realizou a captação de R\$ 500 milhões relativos à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA pela Securitizadora Ecoagro e em outubro de 2025 emitiu Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira - CPRF no montante de R\$ 100 milhões junto ao Banco Rabobank. Essas captações permitiram o pré-pagamento de operações com custos menos vantajosos na ordem de R\$ 215 milhões e o alongamento do perfil da dívida. **2.3. Impactos da Reforma Tributária do Consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20/12/2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). A transição inicia-se em 2026 e segue até 2033. Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). **Principais Substitutos e Mudanças:** **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais. **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033. **Imposto Seletivo (IS):** Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027. **Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Não cumulatividade plena:** permitindo crédito integral sobre insumos utilizados na produção. A Companhia tomou medidas preventivas durante o exercício de 2025 de forma a se preparar sistemicamente às novas exigências

e atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Mantiqueira não espera impactos relevantes em seu principal produto (ovo em casca), pois a alíquota zero permanece para itens da cesta básica. Ovos, como produto alimentar essencial, enquadram-se nessa lista ampliada. Espera-se que os efeitos líquidos da reforma tributária no setor de produção e venda de ovos sejam neutros ou positivos no médio prazo, devido à alíquota zero ou reduzida do IBS/CBS, combinadas com o aproveitamento integral dos créditos. Entretanto, no curto prazo poderá ocorrer aumento na carga sobre insumos e complexidade operacional na fase de transição. A Companhia seguirá avaliando as normas complementares e implementará ajustes necessários para garantir conformidade e eficiência tributária. **2.4. Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em continuidade às ações de combate a erosão da base tributária e do deslocamento de lucros (*Base Erosion and Profit Shifting* - BEPS), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou em dezembro de 2021, regras do modelo Pilar Dois garantindo que empresas de grupos multinacionais com receita anual consolidada igual ou superior a € 750 milhões em, pelo menos, 2 dos últimos 4 exercícios fiscais estejam sujeitas a tributação mínima efetiva à taxa de 15%. Para o exercício 2025 a Companhia não está enquadrada no escopo do Pilar Dois por se tratar de empresa brasileira e devido ao não atingimento da receita anual consolidada. A Administração continuará monitorando o eventual enquadramento na legislação. **3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** **3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mantiqueira Alimentos S.A. foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ITPC") e orientações ("OCPC"). Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 25/03/2026. Os eventos subsequentes foram avaliados até 25/03/2026, data em que as divulgações das demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria. As evidências destas políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3.2. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

Razão social das sociedades	Participação	Sede	2025	2024
Fazenda da Toca Ltda.	Direta	Brasil	100,00%	100,00%
Mantiqueira Agricultura Regenerativa S.A	Direta	Brasil	100,00%	100,00%
H. Eggs Comércio Varejista Ltda.	Direta	Brasil	100,00%	100,00%
Gateway Participações Ltda. (a)	Equivalência	Brasil	25,00%	100,00%
LLB Natureza Viva Comércio e Distribuidora Ltda.	Direta	Brasil	100,00%	100,00%
Hortifrutigranjeiro Canela Ltda.	Direta	Brasil	100,00%	100,00%
Final Porto Comércio e Distribuidora Ltda. (b)	Direta	Brasil	100,00%	-
E.M.T. Agro Comercial (b)	Indireta	Brasil	100,00%	-
Mantiqueira Agronegócio Ltda. (b)	Direta	Brasil	100,00%	-
N.Ovo Plant Based Ltda.	Direta	Brasil	100,00%	100,00%

(a) Em 31/03/2025, a Mantiqueira Alimentos vendeu 50% da participação acionária da Gateway para Lindemberg Gonçalves da Silva, reduzindo o percentual de participação no investimento. Em 11/08/2025, a J&F S.A. e a Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda. ingressaram no quadro de sócios da Gateway, diluindo a participação societária da Mantiqueira Alimentos para 25%. (b) Em 28/02/2025, a Mantiqueira Alimentos Ltda., assumiu 100% das cotas de participação das empresas Mantiqueira Agronegócios Ltda., e Final Porto Comércio e Distribuidora Ltda. como parte das condições precedentes do acordo de investimentos firmado com a JBS. Estas participações foram contribuições como aporte de capital na Mantiqueira Alimentos. **3.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **3.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), foi definida como moeda funcional da Companhia e de suas controladas, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31/12/2025. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários (contas a receber, fornecedores etc.) denominados em moeda estrangeira são

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
				</					



continuação

temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido advenha de: • Reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*); e • Reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que: (i) não é uma combinação de negócios; e (ii) no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, desde que seja provável que haverá lucro tributável futuro contra o qual essas diferenças possam ser utilizadas. Entretanto, não se reconhece o ativo fiscal diferido quando ele resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que: • Não é uma combinação de negócios; e • No momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). São calculados com base nas alíquotas do IRPJ e CSLL sobre o lucro, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. **3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Ativos financeiros: a. Classificação:** No reconhecimento inicial, a Companhia classifica um ativo financeiro como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI" – *fair value through other comprehensive income*); e (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL" – *fair value through profit or loss*). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (FVTPL). Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c. Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d. Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivos financeiros: a. Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos ao custo amortizado, incluem: (i) Fornecedores; (ii) Certificado de Recebíveis do Agronegócio; (iii) Empréstimos; (iv) Instrumentos Financeiros Derivativos e (v) Outras Contas a Pagar. Os referidos passivos financeiros são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **b. Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos, certificado de recebíveis do agronegócio, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. Em 31/12/2025 a Companhia não possuía juros capitalizados em suas demonstrações contábeis. **d. Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **4. Políticas contábeis materiais: 4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos. **4.3. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, uma vez que são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, e tais fluxos consistem exclusivamente de pagamentos de principal e juros, conforme CPC 48. **4.4. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é apurado com base no método da média ponderada móvel, refletindo os valores efetivamente incorridos na aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos necessários para concluir a produção e das despesas diretamente relacionadas à venda. Importações em andamento, quando existentes, são registradas ao custo acumulado de cada operação, incluindo preço de compra, fretes, seguros, tributos não recuperáveis e demais despesas incorridas até a chegada dos bens às instalações da Companhia. Quando aplicável, provisões para perdas são constituídas em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas. **4.5. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia estão avaliados pelo seu custo de formação. Os animais vivos (aves poedeiras) são representados por aves em formação e aves em produção. Os animais para produção são aqueles que têm a função de gerar os produtos agrícolas (ovos). Enquanto não atingem a idade de produção são classificados como animais de recria e quando estão aptos a iniciar o ciclo produtivo são classificados como animais de postura. **Ativo circulante:** aves de recria (imaturos), referente a aves destinadas a produção, e que permanecem em desenvolvimento durante um período aproximado de 20 semanas. **Ativo não circulante:** aves em produção (maduros), referente a aves destinadas a produção de ovos, que tem sua vida útil estimada em 80 semanas. **4.6. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 12, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O custo inicial de um ativo é composto pelo custo de aquisição ou construção e quaisquer custos adicionais para colocar o ativo em operação. O preço de aquisição ou construção é composto pelo valor pago e pelo valor justo referente às demais considerações entregues para adquirir o ativo. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados ao item e que os custos do item possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **4.7. Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados ao longo do prazo contratual e que ainda não tenham sido pagos na data de início. O desconto é efetuado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, quando determinável; caso contrário, a Companhia utiliza sua taxa incremental de financiamento, definida com base no custo médio de seus empréstimos e financiamentos vigentes. A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor. Para mensurar o passivo de arrendamento, a Companhia optou por manter para cálculo a taxa incremental de juros baseado na taxa média de captação de empréstimos, praticada pelas instituições financeiras com as quais possui transações, que resultou

**Mantiqueira Alimentos S.A.**

na taxa média de 15,20% a.a. **4.8. Provisão para recuperação de ativos não circulantes:** A vida útil de um ativo é avaliada como definida ou indefinida. Ativos com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido destes ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperabilidade ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, quando incorridas, são classificadas como outras despesas. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Com base nas análises realizadas pela Administração, o valor recuperável dos ativos, em 2025, excede seu valor contábil, não sendo necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, foram conduzidas análises de sensibilidade considerando o aumento da taxa de desconto em até 1 ponto percentual (de 7,0% para 8,0%), sem que se verificasse a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável nesses cenários. Também foram avaliados cenários contemplando variações nos preços estabilizados de milho, soja e feijão ao longo de todo o horizonte projetivo e período de perpetuidade, mantidas as demais premissas constantes. Em todos os cenários analisados, não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável. No exercício findo em 31/12/2025 não identificamos evidências ou indícios de perda relevante no valor dos ativos com vida útil definida e não registramos provisão para recuperação dos ativos com vida útil indefinida com base em nossos testes. **4.9. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; (b) uma provável saída de recursos com substância econômica será necessária para liquidar a obrigação; e (c) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser efetuada. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas a valor presente utilizando a taxa de juros antes dos tributos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos daquele passivo. Quando descontos a valor presente são utilizados, o aumento no risco devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.10. Outros ativos e passivos:** São demonstrados ao valor de realização incluindo, conforme aplicável, ajuste a valor presente ou os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário são demonstrados como não circulantes. Conforme o acordo de investimento entre JBS e os antigos acionistas, relacionado ao investimento da JBS na Companhia, os antigos acionistas concordaram em reembolsar, indenizar e nos isentar de responsabilidade por determinados valores pelos quais sejamos responsabilizados e que decorram de certos processos judiciais ocorridos até a data do fechamento da transação. Desta forma, a Companhia reconheceu o direito de reembolso parcial dos valores reconhecidos das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis referentes aos processos pelos quais a Família Pinto tem a obrigação de reembolsar a Companhia. **4.11. Reconhecimento da receita:** A Companhia auferir receita de vendas de produtos agrícolas em conformidade com o CPC 47, as quais são reconhecidas mediante transferência de controle. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **Venda de produtos:** A receita é reconhecida líquida de impostos sobre as vendas (quando aplicável), conforme alíquotas demonstradas abaixo:

**Alíquotas**

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (a)  
COFINS – Contribuição para Seguridade Social (b)  
PIS – Programa de Integração Social (b)  
(a) Ovos casca são beneficiados com a isenção do ICMS, exceto quando destinados à industrialização conforme Inciso II, nº 1º da Clausula primeira do Convênio ICMS 44/1975. **Cláusula primeira:** Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a isentar do ICM as saídas, promovidas por quaisquer estabelecimentos, dos seguintes produtos: II – ovos; \* 1º A isenção prevista nesta cláusula não se aplica aos produtos nela relacionados, quando destinados à industrialização e ao exterior, ressalvado o disposto no Convênio AE-3/70. (b) Ovos casca a alíquota é zero para PIS e COFINS, conforme art. 28, item III da Lei nº 10.865, de 30/04/2004. **Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: III – produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI. 4.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o Ajuste a Valor Presente ("AVP") é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.13. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC no exercício corrente: a. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia: IAS 21/CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A partir de 01/01/2025, essa alteração estabelece os requisitos contábeis para quando uma moeda funcional não pode ser convertida em outras moedas. Nesse caso, a Companhia deve usar a taxa de câmbio observável mais recente para traduzir os resultados e a posição financeira dessa operação no exterior para a sua moeda de apresentação. A entidade também deve divulgar essa taxa de câmbio, a data em que foi observada e as razões pelas quais a moeda não é trocável. A Companhia não identificou impactos em decorrência destas alterações. **b. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia: IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** A partir de 01/01/2027, o IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado, a saber: as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. • Orientações aprimoradas serão fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, e irá adequar a divulgação de acordo com o requerimento da norma nas demonstrações contábeis anuais no período de sua exigibilidade. **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações Reduzidas:** O IFRS 19 foi emitido pelo IASB em maio/2024 e é aplicável a partir de 01/01/2027, com adoção antecipada permitida, estabelecendo exigências reduzidas de divulgação para subsidiárias elegíveis. A implementação do IFRS 19 resulta em redução do volume de notas explicativas, simplificação dos processos de reporte e sem efeitos nos valores reconhecidos ou mensurados nas demonstrações contábeis. A Companhia entende que suas subsidiárias cumprem os critérios de elegibilidade definidos pelo IFRS 19, e está avaliando os impactos nas suas demonstrações contábeis. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa	79	96	172	96
Bancos conta movimento	166	658	187	1.357
Aplicações financeiras no exterior	63.519	1.797	63.519	1.797
Aplicações financeiras	653.460	86.305	656.377	86.913
	<b>717.224</b>	<b>88.856</b>	<b>720.255</b>	<b>90.163</b>

O caixa e equivalentes de caixa são representados majoritariamente por depósitos bancários e aplicações financeiras que se referem a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate. Parte das disponibilidades da Companhia está mantida no exterior em contas remuneradas denominadas em dólar norte-americano (USD), com liquidez imediata e baixo risco de mudança de valor, sendo classificadas como equivalentes de caixa. Em 31/12/2025, o saldo correspondente é de USD 11.544, equivalente a R\$ 63.519. Os saldos são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento da data das demonstrações contábeis, conforme o CPC 02 (R2) /IAS 21. As aplicações financeiras da Companhia são, majoritariamente, indexadas à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI para operações no mercado interno e a *Federal Funds Rate* "FFR" para mercado americano em USD. **6. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante				
Contas a receber nacional	242.445	237.420	260.625	253.256
Contas a receber internacional	9.604	23.862	9.604	23.862
(-) Faturados e não entregues, CPC 47 (a)	(10.681)	-	(10.681)	-
(-) PECLD	(10.797)	(24.599)	(12.626)	(27.079)
	<b>230.571</b>	<b>236.683</b>	<b>246.922</b>	<b>250.039</b>

(a) No exercício de 2025 a Companhia avaliou e registrou a provisão de vendas não entregues, seguindo os critérios do CPC 47, onde o reconhecimento da receita deve ocorrer de forma a refletir a transferência de bens ou serviços ao cliente. Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo seu valor de realização, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Os saldos relacionados aos recebíveis da Companhia não possuem ônus ou restrições, nem foram oferecidos em garantias a terceiros, sendo que não há efeitos relevantes para a aplicação de ajuste a valor presente ("AVP"). As perdas estimadas são calculadas com base na análise dos vencimentos dos títulos em aberto, provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Companhia

como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas. Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
A vencer	232.601	209.213	248.296	218.113
Vencidos até 30 dias	11.050	30.750	11.904	35.334
Vencidos de 31 a 60 dias	438	1.346	461	1.428
Vencidos acima de 60 dias	7.960	19.973	9.568	22.243
<b>Total</b>	<b>252.049</b>	<b>261.282</b>	<b>270.229</b>	<b>277.118</b>

**7. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, consumo ou perecimento. Os estoques estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Matéria-prima	81.273	43.404	90.113	57.940
Embalagens	18.261	13.262	18.273	13.730
Produtos acabados	48.572	39.785	54.191	44.068
Almoxarifado	24.747	20.052	25.434	20.799
Bens em poder terceiros	2.893	9.210	4.760	9.211
Outros estoques	6.093	22.994	7.489	29.313
Faturados e não entregues, CPC 47 (a)	8.588	-	8.588	-
(-) Provisão para valor realizável	(2.476)	(6.339)	(4.700)	(8.486)
	<b>187.951</b>	<b>142.368</b>	<b>204.148</b>	<b>166.575</b>

(a) No exercício de 2025, a Companhia avaliou e registrou a provisão de vendas não entregues, seguindo os critérios do CPC 47, onde o reconhecimento da receita deve ocorrer de forma a refletir a transferência de bens ou serviços ao cliente. **8. Ativos biológicos:** Os saldos contábeis dos ativos biológicos segregados em ativos circulantes e não circulantes estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Animais vivos	37.747	32.566	39.054	34.660
Culturas em formação	2.482	-	10.511	10.188
<b>Total circulante</b>	<b>40.229</b>	<b>32.566</b>	<b>49.565</b>	<b>44.848</b>
Animais vivos	152.037	136.449	158.216	141.267
<b>Total não circulante</b>	<b>152.037</b>	<b>136.449</b>	<b>158.216</b>	<b>141.267</b>

**Animais vivos:** Os animais vivos são representados por aves, e são segregados entre aves em formação e aves em produção. Os animais para produção são aqueles que têm a função de gerar os produtos agrícolas (ovos). Enquanto não atingem a idade de produção são classificados como animais de recria e quando estão aptos a iniciar o ciclo produtivo são classificados como animais de postura. No ativo circulante estão registradas as aves de recria, referente a aves destinadas a produção, e que permanecem em desenvolvimento durante um período aproximado de 20 semanas. Neste período são classificadas como animais imaturos. No ativo não circulante estão registradas as aves em produção, referente a aves destinadas a produção de ovos. Neste período são classificadas como animais maduros. O custo das aves é depreciado linearmente pelo período de 80 semanas. Na opinião da Administração, para a mensuração ao valor justo seria necessária a existência de dados observáveis de mercado, tais como preços públicos, transações frequentes e padronização suficiente entre lotes de ativos biológicos similares. No caso das aves de postura, não há mercado ativo, não existem preços públicos e as transações existentes são pontuais, heterogêneas e altamente específicas e regionalizadas. Portanto, não há inputs observáveis de Nível 1 ou Nível 2 conforme a hierarquia de valor justo. Por sua vez, a mensuração via modelos de Nível 3 demandaria projeções subjetivas de produtividade futura, mortalidade, preços futuros do ovo, curvas genéticas, custos de venda e taxas de desconto, resultando em estimativas altamente voláteis. Assim, não se atenderia ao critério de confiabilidade exigido pelo CPC 29. Dessa forma, a Administração manteve o registro dos ativos biológicos (animais vivos) pelo seu custo de formação. **Culturas em formação:** As culturas em formação são representadas por culturas de milho, aveia, feijão e soja. São mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos a incorrer. Neste momento a transformação do ativo biológico é significativa e o impacto sobre o valor é material. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta de ajuste a valor justo, no resultado do exercício. As movimentações dos ativos biológicos durante o exercício estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Total não	
	Aves	Culturas em formação	Aves	Culturas em formação
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>22.184</b>	<b>-</b>	<b>22.184</b>	<b>130.844</b>
Aumento por aquisição	166.883	-	166.883	4.822
Redução (morte, venda ou colheita)	-	-	-	(10.603)
Transf. circulante / não circulante	(156.501)	-	(156.501)	156.501
Amortização	-	-	-	(145.115)
Valor justo	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>32.566</b>	<b>-</b>	<b>32.566</b>	<b>136.449</b>
Aumento por aquisição	184.731	2.929	187.660	-
Redução (morte, venda ou colheita)	-	-	-	(6.697)
Transf. circulante / não circulante	(179.550)	-	(179.550)	179.550
Amortização	-	-	-	(157.265)
Valor justo	-	(447)	(447)	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>37.747</b>	<b>2.482</b>	<b>40.229</b>	<b>152.037</b>

	Controladora		Total não	
	Aves	Culturas em formação	Aves	Culturas em formação
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>22.900</b>	<b>10.666</b>	<b>33.566</b>	<b>133.518</b>
Aumento por aquisição	172.828	21.080	193.908	7.768
Redução (morte, venda ou colheita)	-	(20.899)	(20.899)	(10.604)
Transf. circulante / não circulante	(161.068)	-	(161.068)	161.068
Amortização	-	-	-	(150.483)
Valor justo	-	(659)	(659)	-
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>34.660</b>	<b>10.188</b>	<b>44.848</b>	<b>141.267</b>
Aumento por aquisição	192.054	34.557	226.611	-
Redução (morte, venda ou colheita)	-	(31.034)	(31.034)	(7.078)
Transf. circulante / não circulante	(187.660)	-	(187.660)	187.660
Amortização	-	-	-	(163.633)
Valor justo	-	(3.200)	(3.200)	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>39.054</b>	<b>10.511</b>	<b>49.565</b>	<b>158.216</b>

**9. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
PIS/COFINS	22.136	24.107	23.457	25.665
ICMS	34.619	29.645	45.026	37.592
IRPJ/CSLL	15	426	28	512
IPI	-	-	-	28
INSS	-	-	-	



continuação

Mantiqueira Alimentos S.A.

Consolidado a receber a pagar, Controladora Consolidado, Ativo circulante, Passivo circulante, Índice de liquidez corrente, Pagamento de dividendos

11. Investimentos: a. Principais informações dos investimentos:

Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, H.Eggs, Fazenda da Toca, Regenerativa, Gateway, LLB, Canela, N.Ovo

Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, H.Eggs, Fazenda da Toca, Regenerativa, Gateway, LLB, Canela, N.Ovo, Final Porto, Agronegócios

b. Movimentações: Investimento, Participação %, Saldo em 31/12/24, Aquisição de participação (c), Venda de participação (d), Aporte de capital (e), Equivalência patrimonial, Saldo em 31/12/25

(a) O saldo do investimento negativo foi transferido para a rubrica de provisão para perdas com investimentos no passivo não circulante, em razão do saldo negativo no Patrimônio Líquido das investidas. (b) Ágio refere-se majoritariamente à aquisição da Fazenda da Toca e da Mantiqueira Regenerativa. No exercício findo em 31/12/2025 não identificamos evidências ou indicativos de perda relevante no valor dos ativos. (c) As participações foram contribuídas pelos acionistas da Companhia como condição precedente do acordo de investimento com a JBS, não houve desembolso de caixa nas transações envolvendo controle comum. (d) Em 31/03/2025, a Mantiqueira Alimentos vendeu 50% da participação acionária da Gateway para Lindemberg Gonçalves da Silva, reduzindo o % de participação no investimento. Em 11/08/2025, a J&F S.A. e a Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda. ingressaram no quadro de sócios da Gateway, diluindo a participação societária da Mantiqueira Alimentos para 25%. (e) Aportes de capital sem efeito caixa, ocorridos em 2025 pela conversão de saldos intercompanhia a receber na Controladora. (f) Equivalência patrimonial do período não corresponde a 25% do resultado do exercício da investida por conta das movimentações descritas acima no item (d). 12. Imobilizado:

Controladora, Descrição, Terrenos, Máquinas e equipamentos, Veículos, Aeronaves, Outros, Direito de uso, Total, Saldos em 31/12/2023, Aquisição, Depreciação, Transferência, Baixa, Saldos em 31/12/2024, Aquisição, Depreciação, Transferência, Baixa, Saldos em 31/12/2025, Custo total, Depreciação acumulada, Valor contábil, Taxa anual de depreciação

(a) Compreende os saldos de Instalações, Móveis e Utensílios, Computadores e periféricos, Edificações e Imobilizado em andamento no montante de R\$ 45.979 e R\$ 42.603 em 31/12/2025 e 2024 respectivamente (não depreciado).

Controladora Consolidado, Descrição, Terrenos, Máquinas e equipamentos, Veículos, Aeronaves, Outros, Direito de uso, Total, Saldos em 31/12/2023, Aquisição, Depreciação, Transferência, Baixa, Saldos em 31/12/2024, Aquisição, Depreciação, Transferência, Baixa, Saldos em 31/12/2025, Custo total, Depreciação acumulada, Valor contábil, Taxa anual de depreciação

(a) Compreende os saldos de Instalações, Móveis e Utensílios, Computadores e periféricos, Edificações e Imobilizado em andamento no montante de R\$ 46.930 e R\$ 42.689 em 31/12/2025 e 2024 respectivamente (não depreciado). (b) Em 11/08/2025, a J&F S.A. e a Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda. ingressaram no quadro de sócios da Gateway, diluindo a participação societária

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 1ACD-B6AB-B5D0-A78F.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 1ACD-B6AB-B5D0-A78F.



continuação

provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer frente às questões trabalhistas e civis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Trabalhistas	9.747	3.287
Cíveis	4.351	240
	<b>14.098</b>	<b>3.527</b>

De forma geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados principalmente a questões frequentemente contestadas por empregados, como verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por terceiros contratados para prestação de serviços para a Companhia. Por sua vez, os processos civis provisionados estão relacionados principalmente a matérias de natureza indenizatória, decorrentes de obrigações contratuais, acidentes de trânsito, entre outras. **b. Processos com probabilidade de perda possível:** A Companhia é parte em outros processos judiciais, decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa da Administração, tais processos estão classificados com prognóstico de perda possível. Nessa categoria, não há reconhecimento de provisão, conforme previsto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo apenas divulgada sua existência. Em 31/12/2025, os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Trabalhistas	2.300	4.477
Tributárias	9.707	-
Cíveis	138	1.354
	<b>12.145</b>	<b>5.831</b>

De forma geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados principalmente a questões frequentemente contestadas por empregados, como verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por terceiros contratados para prestação de serviços para a Companhia. Os processos tributários estão relacionados principalmente a pedidos de compensação/restituição de impostos federais. Por sua vez, os processos civis provisionados estão relacionados principalmente a matérias de natureza indenizatória, decorrentes de obrigações contratuais, acidentes de trânsito, entre outras. **c. Seguro para cobertura de riscos relacionados a processos judiciais:** A Companhia mantém apólice de seguro contratada com instituição seguradora, com o objetivo de mitigar eventuais impactos financeiros decorrentes de processos judiciais. Conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a existência de cobertura securitária não altera o reconhecimento da provisão quando a obrigação presente atende aos critérios de registro, nem modifica a classificação de contingências cuja probabilidade de perda seja possível ou remota. Assim, a Companhia reconhece provisões para contingências quando a perda é considerada provável e mensurável, independentemente da apólice de seguro existente. Eventual direito ao ressarcimento pela seguradora é reconhecido somente quando for considerado virtualmente certo, nos termos do item 53 do CPC 25, sendo registrado como ativo separado, e nunca por compensação contra a provisão. Para riscos cujo ressarcimento ainda não atende ao critério de virtual certeza, tais montantes permanecem tratados como ativos contingentes, sem reconhecimento contábil, sendo apenas divulgados quando a entrada de benefícios econômicos é considerada provável. Em 31/12/2025, a Companhia mantém cobertura vigente que contempla limites suficientes para suportar os riscos seguráveis enquadrados nas categorias previstas pela apólice. **d. Conta Gráfica:** A Companhia mantém uma conta gráfica destinada a registrar, controlar e evidenciar as movimentações financeiras decorrentes de obrigações de indenização, compensação ou ajustes pactuados entre acionistas, conforme previsto no Acordo de Investimento celebrado no contexto da entrada da JBS no quadro de acionistas da Companhia. Esse mecanismo é utilizado como controle das indenizações a serem recebidas ou pagas à Mantiqueira pelos acionistas anteriores à entrada da JBS, relativo a demandas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da data de fechamento do Acordo de Investimento (01/04/2025), e que tenha implicado em desembolsos ou crédito para a Companhia. A conta gráfica possui natureza principalmente de controle, e tem como finalidade refletir direitos e obrigações recíprocos assumidos no âmbito do acordo, podendo gerar reflexos no ativo ou passivo conforme o fato gerador. Em 31/12/2025 a Companhia registrou o montante de R\$ 1.110 como saldo a receber e a contrapartida foi registrada no exercício. Este montante refere-se aos valores efetivamente desembolsados / recebidos após assinatura do acordo. Por sua vez, a Companhia também registrou o montante de R\$ 13.843 como saldo a receber a título de conta gráfica, com base nas contingências passivas prováveis registradas nesta data-base. Parte deste efeito (R\$ 11.737), relacionado às causas provisionadas no exercício corrente, foi registrado como crédito no resultado. O valor remanescente (R\$ 2.106), correspondente aos valores provisionados até o exercício anterior, foi registrado como crédito no patrimônio líquido. **19. Patrimônio líquido: Capital Social:** O capital social, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 207.631.943,76 (duzentos e sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), representado por 111.826.519 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 108.471.724 ações ordinárias e 3.354.795 ações preferenciais.

	Número de Ações		Ações com	
	Ordinárias	Preferenciais	% Total	Voto%
JBS Holding Brasil S.A.	54.235.862	-	48,50%	50,00%
Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda.	36.620.344	-	32,75%	33,76%
Matter Dei Terras e Participações S.A.	17.615.518	-	15,75%	16,24%
Acionistas preferenciais A	-	3.354.794	3,00%	0,00%
Acionistas preferenciais B	-	1	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>108.471.724</b>	<b>3.354.795</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Reservas de Capital:** A Reserva de Capital é composta por valores recebidos pela Companhia, conforme dispõe o art. 182 da Lei nº 6.404/76, não transitaram pelo resultado do exercício. Estes recursos podem ser utilizados somente para as finalidades legalmente previstas, tais como absorção de prejuízos ou incorporação ao capital social. Em 31/12/2025, o saldo da Reserva de Capital refere-se a 80% do valor apurado na emissão de ações da JBS, por ocasião de sua entrada na participação acionária da Companhia, líquido do valor de recompra de todas as ações detidas por acionista retirante à época do fechamento da transação e cancelamento integral destas ações recompradas, conforme condições precedentes previstas no Acordo de Investimento e Outras Avenças de 24/01/2025. No exercício de 2025, determinadas reorganizações societárias realizadas envolveram companhias sob controle comum, tendo como controladores finais as famílias Pinto e Cunha, que, em comum acordo, deliberaram pela integralização das participações societárias na Mantiqueira Agropecuária e da Final Porto na Mantiqueira Alimentos, como condição precedente do acordo firmado com a JBS. A transação foi registrada na conta de reserva de capital, a valor de livros, não tendo sido reconhecido nenhum ágio, ganho ou perda no resultado do exercício. A operação não gerou efeitos no resultado, tratando-se exclusivamente de reorganização patrimonial intragrupo. **Reserva Legal:** Conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia, a reserva legal deve ser constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31/12/2025, o saldo desta reserva correspondia a 2,23% do capital social. **Reserva de Incentivos Fiscais:** Constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de doações ou subvenções governamentais para investimentos. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial derivam das variações das operações com derivativos (swap). A Companhia reconhece como ajuste de avaliação patrimonial o montante que compreende a parcela proveniente da variação líquida acumulada do valor justo, na medida em que ainda não impactou o resultado do exercício. **Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio:** Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido. O Estatuto Social da Companhia estabelece classes de ações preferenciais que conferem aos seus titulares prioridade no recebimento de dividendos, nos termos dos artigos 17 e 202 da Lei nº 6.404/1976, os quais asseguram que ações preferenciais podem receber dividendos mínimos com prioridade sobre as ações ordinárias, sendo que as preferências classe A partilham dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferências classe B não partilham dos lucros remanescentes. Estas ações preferenciais classe A e B são resgatáveis, não possuem direito a voto e foram emitidas de acordo com as disposições previstas em Estatuto Social e na legislação societária aplicável. Essas ações conferem aos seus titulares direitos econômicos específicos e a possibilidade de resgate pela Companhia, conforme condições previamente estabelecidas. As condições estabelecidas para o resgate podem ser controladas pela Companhia, portanto estas ações preferenciais resgatáveis estão neste momento mantidas no patrimônio líquido da Companhia, e estão sujeitas a reavaliação da Companhia a cada data-base das demonstrações contábeis. Em 31/12/2025, a Companhia reconheceu no patrimônio líquido o montante de R\$ 26.481, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios com base no lucro líquido do exercício, já descontado dos dividendos sobre as ações preferenciais. Conforme determinado pelo Estatuto Social, a Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Em 31/12/2025 a Com-

**Mantiqueira Alimentos S.A.**

panhia não registrou valores referentes a juros sobre capital próprio em seu balanço. **Dividendos Pagos:** No dia 19/03/2025, a Companhia distribuiu dividendos no montante total de R\$ 200 milhões. Conforme ata registrada, as sócias Matter Dei e Kaduacio, concordaram que a distribuição ora aprovada foi feita no contexto da operação prevista no Acordo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre as Sócias, a Sociedade, a JBS e outros, segundo a qual o pagamento dos dividendos aprovados somente ocorreria na data do fechamento da referida operação. O pagamento destes dividendos foi realizado em 01/04/2025. **20. Receita operacional líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita operacional bruta	2.334.495	2.055.586	2.421.636	2.148.542
Vendas mercado interno	138.938	46.530	138.938	46.530
Vendas mercado externo	(10.681)	-	(10.681)	-
(-) Faturados e não entregues, CPC 47	<b>2.462.752</b>	<b>2.102.116</b>	<b>2.549.893</b>	<b>2.195.072</b>

**Deduções de vendas**  
(-) Vendas canceladas, devoluções e descontos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
(-) ICMS s/ vendas	(24.852)	(19.299)	(25.792)	(19.608)
(-) ISSQN s/ serviços prestados	(116)	(23)	(116)	(23)
(-) INSS / Funrural	(5)	(310)	(556)	(747)
(-) PIS s/ vendas agroindústria	(2.358)	(1.686)	(2.397)	(1.717)
(-) COFINS s/ vendas agroindústria	(10.862)	(7.765)	(11.041)	(7.915)
	<b>(38.193)</b>	<b>(29.083)</b>	<b>(39.902)</b>	<b>(30.010)</b>

**Receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
21. Custos dos produtos vendidos:				
Custos dos produtos vendidos	(786.583)	(628.562)	(802.852)	(645.184)
Custo com salários	(194.754)	(165.352)	(206.633)	(178.618)
Depreciação	(204.880)	(196.329)	(217.049)	(207.736)
Custo com transporte e manutenção	(89.515)	(77.061)	(91.570)	(79.984)
Custos com manutenção industrial	(59.839)	(49.995)	(62.520)	(51.790)
Perdas e avarias	(65.458)	(37.926)	(69.055)	(38.965)
Outros custos	(91.348)	(131.702)	(96.017)	(144.952)
(-) Faturados e não entregues, CPC 47	8.588	-	8.588	-
	<b>(1.483.789)</b>	<b>(1.286.927)</b>	<b>(1.537.108)</b>	<b>(1.347.229)</b>

**22. Despesas comerciais, administrativas e gerais e outras receitas e despesas operacionais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesas com pessoal e encargos sociais	(75.132)	(63.357)	(82.353)	(71.010)
Serviços de fretes terceiros	(171.651)	(134.373)	(175.660)	(138.627)
Despesas com publicidade e marketing	(20.109)	(29.679)	(20.694)	(30.430)
Depreciação e amortização	(4.144)	(3.969)	(4.923)	(5.919)
PECLD	12.821	5.632	14.304	5.805
Serviços de assessoria e consultoria	(24.862)	(11.732)	(26.240)	(12.919)
Perdas no recebimento de créditos	(20.997)	(26.786)	(22.634)	(28.319)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(67.261)	(49.804)	(77.233)	(55.609)
	<b>(371.335)</b>	<b>(314.068)</b>	<b>(395.433)</b>	<b>(337.028)</b>
Despesas comerciais	(266.380)	(212.288)	(280.440)	(235.677)
Despesas administrativas e gerais	(114.450)	(82.918)	(124.357)	(82.075)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.495	(18.862)	9.364	(19.276)
	<b>(371.335)</b>	<b>(314.068)</b>	<b>(395.433)</b>	<b>(337.028)</b>

**23. Receitas e despesas financeiras, líquidas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita BMF - ajustes	21.205	38.154	21.205	38.154
Variação cambial ativa	30.047	19.182	31.372	19.916
Descontos obtidos	451	1.010	472	1.035
Rendimentos aplicações	56.985	2.673	57.152	3.420
Outras receitas financeiras	3.478	2.831	3.524	2.881
<b>Receitas financeiras</b>	<b>112.166</b>	<b>63.850</b>	<b>113.725</b>	<b>65.406</b>
Juros com empréstimos e financiamentos	(86.460)	(71.544)	(93.434)	(79.258)
Variação cambial	(32.856)	(25.511)	(34.054)	(26.641)
Descontos concedidos	(131.507)	(117.098)	(139.675)	(123.735)
Derivativos	(29.423)	(10.112)	(29.803)	(10.124)
Despesas BMF - ajustes	(24.542)	(49.518)	(24.542)	(49.518)
Outras despesas financeiras	(6.219)	(2.900)	(7.527)	(5.068)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(311.007)</b>	<b>(276.683)</b>	<b>(329.035)</b>	<b>(294.344)</b>
<b>Receitas e despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(198.841)</b>	<b>(212.833)</b>	<b>(215.310)</b>	<b>(228.938)</b>

**24. IRPJ e CSLL: a. Conciliação da despesa de IRPJ e de CSLL:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Resultado antes do IRPJ e CSLL	251.861	107.759	248.838	101.135
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
<b>Despesas de tributos à alíquota nominal</b>	<b>(85.633)</b>	<b>(36.638)</b>	<b>(84.605)</b>	<b>(34.386)</b>
<b>Ajustes para apuração de alíquota efetiva</b>				
Doação, brindes e bonificações	(65)	(160)	(75)	(165)
Despesas indevidáveis (a)	(5.360)	(904)	(6.214)	(904)
Despesas com aeronaves	(2.278)	(1.702)	(2.278)	(1.702)
Equivalência patrimonial	(4.374)	(2.619)	(78)	(25)
Outras adições/exclusões do ano corrente	543	8,282	(922)	9.669
Outros movimentos	(240)	1.279	(212)	1.675
<b>Total</b>	<b>(97.407)</b>	<b>(32.462)</b>	<b>(94.384)</b>	<b>(25.838)</b>
Corrente	(64.790)	(5.633)	(65.746)	(5.893)
Diferido	(32.617)	(26.829)	(28.638)	(19.945)
<b>Taxa efetiva</b>	<b>38,7%</b>	<b>30,1%</b>	<b>37,9%</b>	<b>25,5%</b>

(a) Baixa do contas a receber que tínhamos entre Alimentos e Agropecuária, como condição precedente do acordo de acionistas com a JBS. **b. Composição do IRPJ e CSLL diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	Resultado	31/12/25	Resultado
<b>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes/ Patrimônio Líquido</b>				
<b>Imposto Diferido - Ativo</b>				
PECLD	8.929	(5.238)	-	3.691
Provisão para perdas - adiantamentos	6.322	2.288	-	8.610
Provisão para perdas de estoque	2.155	(1.313)	-	842
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.199	3.587	-	4.786
Outras provisões	525	1.380	-	1.905
Provisão de comissões	384	(162)	-	222
Provisão para auditoria	95	(33)	-	62
Provisão salários (bônus)	2.521	924	-	3.445
Instrumentos financeiros derivativos	5.479	246	(3.561)	2.164
Faturados e não entregues, CPC 47	-	711	-	711
Prejuízo fiscal	9.566	1.452	-	11.018
Outros	-	155	-	155
<b>Total</b>	<b>37.175</b>	<b>3.997</b>	<b>(3.561)</b>	<b>37.611</b>
<b>Imposto Diferido - Passivo</b>				
Depreciação integral bens ativos imobilizado	(228.113)	(29.371)	-	(257.484)
Depreciações - estorno revisão vida útil	(7.561)	1.131	-	(6.430)
Receita diferida - conta gráfica	-	(3.990)	(716)	(4.706)
Receita diferida - venda imobilizado	-	(405)	-	(405)
<b>Total</b>	<b>(235.674)</b>	<b>(32.635)</b>	<b>(716)</b>	<b>(269.025)</b>
<b>Saldo líquido, impostos diferidos</b>	<b>(198.499)</b>	<b>(28.638)</b>	<b>(4.277)</b>	<b>(231.414)</b>

**25. Remuneração do pessoal chave da administração:** A remuneração global dos Administradores (inclui Conselho de Administração e Diretoria Executiva Estatutária) para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, estão assim apresentadas:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Remuneração de curto prazo	763	355
	<b>763</b>	<b>355</b>

**26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos financeiros decorrentes de suas operações e da utilização de instrumentos financeiros. A política de gestão de riscos é estabelecida pela Administração e tem como objetivos principais: • preservar a liquidez; • mitigar impactos adversos relacionados a variações de mercado; e • proteger o patrimônio e garantir a continuidade operacional da Companhia. A Administração monitora continuamente a exposição aos riscos, utilizando indicadores internos, projeções de fluxo de caixa e análises de sensibilidade, quando aplicável. Em 31/12/2025, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa:** estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivalem ao seu valor contábil. As aplicações financeiras, incluídas no grupo de caixa e equivalentes de caixa são classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. **Contas a receber:** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificadas como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Fornecedores e partes relacionadas:** decorrem de transações realizadas com terceiros e partes relacionadas para aquisição de equipamentos e manutenção das rotinas operacionais com preços praticados a valor de mercado. **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço. **Swaps:** são instrumentos financeiros para troca de indexadores de endividamento em IPCA, dólar ou em reais com taxa pré-fixada eventualmente contratado pela companhia. Estes instrumentos são usualmente realizados diretamente com a instituição financeira que financia a Companhia. Em todos os swaps a Companhia possui como ativo ou o IPCA, ou a variação cambial ou a taxa pré-fixada em reais e, como passivo, a variação do CDI-CETIP. **Contratos futuros e opções no B3:** são instrumentos derivativos utilizados pela Companhia para fazer cobertura das suas posições de compra de grãos (milho ou farelo de soja). Estes instrumentos são negociados na B3 ou CBOT (Bolsa de Chicago) através de uma corretora de valores ou bancos. Em 31/12/2025, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado dos instrumentos financeiros, tendo em vista que seus saldos são ajustados diariamente pelos preços de mercado. **Fatores de risco: Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito sobretudo no seu contas a receber. A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que ela está disposta a se sujeitar. O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito avançar o poder de compra do cliente. O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômico-financeira atual e suas perspectivas para o futuro. Os saldos de contas a receber não apresentam concentração relevante em um único cliente que represente risco significativo. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na dificuldade de liquidar obrigações financeiras no curso normal dos negócios. A Administração monitora diariamente a disponibilidade de caixa, posição de recebíveis e previsão de fluxo de caixa operacional. A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses. **Gestão de risco de mercado: Risco de encargos de dívida:** O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos, aumentando as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos, ou diminuindo a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31/12/2025 não identificamos ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações contábeis que requeiram divulgação específica. O endividamento está atrelado, essencialmente, ao percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, cupom fixo (R\$, EUR ou USD) e cupom fixo acrescido da variação do IPCA. As aplicações financeiras da Companhia são, majoritariamente, indexadas à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI para operações no mercado interno e o cupom (USD) para operações no mercado externo. **Risco cambial:** O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam resultar em perdas não esperadas para a Companhia e à redução dos ativos e receitas, bem como ao aumento dos passivos e despesas. Em 31/12/2025 a Companhia possuía exposição ao dólar americano e ao euro. Para proteger-se do risco camb



continuação

**Mantiqueira Alimentos S.A.**

análise e revisão do cálculo dos indicadores dos *covenants* financeiros; efetuado pela diretoria da Companhia; (iv) cálculo independente dos indicadores dos *covenants* financeiros, conforme determinados nos respectivos contratos com os credores; e (v) indagação e obtenção de representação por parte da diretoria; (vi) a circularização dos saldos na data-base e (vii) a verificação se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as respectivas notas explicativas atenderam às premissas mínimas de divulgação exigidas pela norma. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*), que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e procedimentos adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na Nota nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contá-

bil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as res-

pectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25/03/2026.

**BDO**  
RCS  
Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 MG 009485/F-0**Luciano Ferreira da Cunha**  
Contador  
CRC 1 SP 210861/0-2 - S - MG

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1ACD-B6AB-B5D0-A78F> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1ACD-B6AB-B5D0-A78F



### Hash do Documento

vQWYIPjAaypa/1fRXwpcnysqfO1lqHFWyw/Lh8pE3w=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 14/04/2026 22:32  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -19.9165222 Longitude: -43.9573771 Accuracy: 3672.796724044596

**IP:** 172.16.4.2

**AC:** AC SAFEWEB RFB v5

